

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003266-87.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **LUIZ FELLIPE NOGUEIRÃO**  
Requerido: **Pag Seguro Internet Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu através da ré dois ingressos para um evento (show musical) que seria realizado pela segunda ré.

Alegou que no dia do evento foi surpreendido com o cancelamento do show por falta de alvará para sua realização.

Almeja à condenação das rés ao pagamento da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

quantia correspondente ao valor dos ingressos.

A segunda ré não foi citada eis que não localizada, pelo que o autor requereu a desistência do feito quanto a mesma. (fls. 87)

A ré (Pagseguro) em contestação argumentou em preliminar que não é parte legítima para figurar no polo passivo da relação processual, porquanto autua tão somente como gestora de pagamento do bem adquirido pelo consumidor.

Quanto ao mérito da causa, a indagação que se apresenta nos autos consiste em saber se a ré deve arcar com as consequências do fato trazido à colação ou, por outras palavras, se possui responsabilidade pela sua verificação.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham tese contrária, penso que inexistente a responsabilidade da ré na espécie vertente.

Com efeito, é indiscutível que ela agiu de boa-fé cumprindo com sua responsabilidade no contrato estabelecido entre as partes, quando foi disponibilizado os ingressos ao autor e isso é indiscutível. As consequências a partir daí reputo que fogem dos limites da responsabilidade da ré.

Sob essa ótica, portanto, não se cogita de sua culpa.

O que tenho como relevante é anotar que a ré não pode ser tida como a responsável pela ocorrência (cancelamento do show) à míngua de disposição normativa que apontasse nessa direção.

Nesse sentido, o descumprimento contratual ocorrido entre o consumidor e o fornecedor do produto não pode ser imputado a quem não teve nenhuma ingerência na relação contratual (Pagseguro).

Bem por isso, e não vislumbrando a prática de ilícito por parte das rés, a pretensão deduzida não pode prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**